

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**GAIA CRED II SECURITIZADORA DE
CREDITOS FINANCEIROS S.A.**

**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Relatório da Administração	6
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração da mutação do patrimônio líquido.....	10
Demonstração do fluxo de caixa.....	11
Demonstração do valor adicionado.....	12
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1 Contexto operacional.....	13
2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras.....	13
3 Resumo das principais práticas contábeis.....	14
4 Alterações às IFRSs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente	16
4.1 Normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas	16
5 Aplicações financeiras	17
5.1 Hierarquia de níveis - Ativos e Passivos financeiros reconhecidos a valor justo.....	17
5.2 Movimentação das aplicações financeiras.....	18
6 Contas a receber - Carteira de créditos	18
6.1 Operações com aquisição substancial dos riscos e benefícios	18
7 Contas a pagar	20
8 Obrigações fiscais.....	20
9 Debêntures	21
10 Patrimônio líquido.....	22
11 Despesas gerais e administrativas	23
12 Resultado financeiro.....	23
13 Partes relacionadas.....	24
14 Benefícios a empregados	24
15 Gerenciamento de riscos - Instrumentos financeiros.....	24
16 Análise de sensibilidade	27
17 Cobertura de seguros.....	28

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas da
Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e complementadas pelas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Reponsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previsto no Código de Ética Profissional e Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre as demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Controles sobre a existência e valorização dos direitos de créditos financeiros que lastreiam as Debêntures da Companhia

Conforme mencionado nas notas explicativas 6 e 9, a Companhia mantém registrado direitos de créditos financeiros vinculados às suas emissões de debêntures, as quais têm sido emitidas sem coobrigação. Referidos direitos de créditos financeiros tem o propósito específico e exclusivo de prover o lastro à liquidação financeira das debêntures emitidas aos investidores. A Companhia, no contexto de suas operações, conduz a estruturação de operações vinculando os referidos direitos de créditos financeiros às correspondentes debentures. Adicionalmente, conduz o gerenciamento do recebimento desses ativos, bem como o pagamento das debêntures em conexão às suas obrigações.

Nesse contexto, devido a necessidade de controles adequados para o gerenciamento do registro, atualização e baixa dos mesmos, demandamos esforços na análise dos controles internos relacionados aos processos operacionais relevantes exercidos pela Companhia para garantir a existência e adequada valorização desses ativos. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento junto a administração dos controles internos relevantes ao registro dos direitos de créditos financeiros, (ii) recálculo do valor presente dos direitos de créditos financeiros, em base de amostras.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas outras informações obtidas antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não identificamos nada a ser relatado a este respeito.

Responsabilidade da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com a responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos o julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativa de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos identificados durante nossos trabalhos;
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimentos dos controles internos relevantes para auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com a base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório para respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São Paulo, 9 de junho de 2017

Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8



Cleber de Araujo
Contador CRC 1SP213655/O-8

Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Relatório da Administração

Fundada em 1º de julho do ano de 2016, a Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. (“Companhia”) está situada na Rua do Ministro Jesuíno Cardoso, 633, 8º. Andar – Vila Nova Conceição – São Paulo, na cidade de São Paulo. Sua missão é estruturar e emitir Debêntures, lastreadas em diversos segmentos de créditos financeiros.

Nos últimos anos o uso da securitização, importante fonte de captação de recursos para o setor privado, tem crescido em um ritmo acelerado nos principais mercados globais, inclusive no Brasil, onde as condições econômicas têm contribuído para que esta forma de investimento ganhe popularidade entre empresas e investidores.

Para tornar-se líder e impar na emissão de Debêntures no Brasil, a Companhia oferece a seus clientes vantagens competitivas frente às linhas de financiamento atualmente disponíveis do mercado financeiro, dentre elas a captação de recursos de longo prazo, desintermediação bancária, operações bem estruturadas com abundância de garantias e taxas atraentes.

A securitização de recebíveis financeiros tem se tornado uma estratégia de captação de recursos para as empresas, principalmente porque a queda relativa das taxas de juros nos últimos anos tem atraído novos investidores dispostos a incrementar a rentabilidade de seus investimentos permitindo a diversificação de fonte de captação. Dessa forma, a securitização passou não só a financiar o capital de giro das companhias, como também a auxiliar a recuperação de carteira de créditos duvidosos, de maneira competitiva e segura tanto para as empresas quanto para as instituições financeiras.

Em 2017, a Gaia Cred II quer estar cada vez mais próxima dos clientes e investidores, sempre investindo em estruturação financeira, processos de análise e gestão de risco e sistemas e com sua proposta inovadora no mercado, nos tornamos pioneiros no mercado de securitização financeira, tendo realizado a primeira emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no ano de 2016.

O nosso objetivo neste ano não é ser a maior securitizadora em volume, mas ser a empresa com melhor capacidade de estruturação e gestão, assim obtendo reconhecimento de clientes e investidores como a melhor opção dentre as securitizadoras.

Seguimos nossos ideais, acreditamos que um bom ambiente de trabalho proporciona melhores resultados, porém o sucesso estará sempre baseado na força de vontade, na dedicação e na garra para atingir nossos objetivos, de forma que a vitória sempre será coletiva!

Finalmente, para os fins da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003 (“ICVM 381”), a Administração da Companhia informa que durante todo ano de 2016, a Deloitte Auditores Independentes S.A., ou quaisquer Partes Relacionadas a ela, assim definidas nos termos da ICVM 381, não prestou à Companhia e/ou às demais empresas pertencentes a seu grupo econômico qualquer serviço que não o de auditoria externa das demonstrações financeiras relacionadas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Balço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota	2016	Passivo	Nota	2016
Circulante			Circulante		
Aplicações financeiras	5	532	Contas a pagar	7	138
Contas a receber	6	1.267	Obrigações fiscais	8	38
Adiantamentos a fornecedores		3	Debêntures	9	1.267
		<u>1.802</u>			<u>1.443</u>
Não circulante			Não circulante		
Contas a receber	6	4.301	Debêntures	9	4.007
		<u>4.301</u>	Fundo de reserva	9	652
					<u>4.659</u>
			Patrimônio líquido	10	
			Capital social		<u>1</u>
					<u>1</u>
Total do ativo		<u>6.103</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>6.103</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo por ação)

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	11	(2.231)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>(2.231)</u>
Resultado financeiro	12	
Receitas financeiras		11.204
Despesas financeiras		(8.973)
Imposto de renda e contribuição social		-
Resultado do exercício		<u>-</u>
Média ponderada de ações	10	<u><u>1,00</u></u>
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações		
Do capital social no fim do exercício - R\$		<u>-</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2016</u>
Prejuízo do exercício	-
Outros resultados abrangentes	-
Resultado abrangente do exercício	<u>-</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015		-	-	-
Capital social emitido	10	1	-	1
Saldos em 31 de dezembro de 2016		<u>1</u>	<u>-</u>	<u>1</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Demonstração do fluxo de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2016</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Prejuízo do exercício / período	<u>-</u>
Variações nos ativos e passivos:	
(Aumento) redução em aplicações financeiras	(532)
(Aumento) redução em contas a receber	(5.568)
(Aumento) redução em adiantamentos a fornecedores	(3)
(Aumento) redução em contas a pagar	<u>138</u>
Total caixa líquido consumido nas atividades operacionais	<u>(5.965)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Captação de debêntures	5.926
Integralização de Capital	<u>1</u>
Caixa líquido originado pelas atividades de financiamento	<u>5.927</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício / período	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício / período	<u>(38)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(38)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2016</u>
Receita bruta de prestação de serviço	-
Insumos adquiridos de terceiros	<u>(2.231)</u>
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.231)
Valor adicionado bruto	<u>(2.231)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	<u>(2.231)</u>
Valor adicionado recebido em transferência	
Receitas financeiras	11.204
Valor adicionado total a distribuir	<u><u>8.973</u></u>
Distribuição do valor adicionado	<u><u>8.973</u></u>
Pessoal	-
Impostos, taxas e contribuições	<u>29</u>
Federais	29
Remuneração de capital de terceiros	<u>8.944</u>
Juros	8.944
Remuneração de capitais próprios	-
Prejuízos acumulados	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, com sede na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, nº 633, 8º andar – Vila Nova Conceição – São Paulo – SP foi constituída em 13 de junho de 2016 e obteve seu registro na JUCESP em 01 de julho de 2016. Tem por objetivo: (i) a aquisição e securitização de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos, comerciais, bancos de investimentos, sociedades de créditos imobiliários, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades de créditos, financiamento e investimento, associações de poupança e empréstimo, caixas econômicas e companhias hipotecárias, entre outros; (ii) a emissão e colocação, privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites, da legislação aplicável; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas e, (iv) a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

Em 07 de julho de 2016, a Companhia formalizou o seguinte instrumento jurídico para a aquisição de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, comerciais, investimentos, sociedades de créditos imobiliários, arrendamento mercantil, sociedades de créditos, financiamento e investimento, associações de poupança e empréstimo, caixas econômicas e companhias hipotecárias.

- Escritura particular da 1ª (Primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real.

Dessa forma em 07 de julho de 2016, a Companhia emitiu 1 (uma) série de debênture no valor de R\$100.000 (cem milhões de reais) conforme nota explicativa nº 10.

Dos valores emitidos foram integralizados R\$ 8.628 (oito milhões seiscentos e vinte e oito mil reais) em 29 de julho de 2016.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e dos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

- (a) **Base de mensuração** - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: (i) os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e (ii) instrumentos financeiros disponíveis para venda.
- (b) **Moeda funcional e moeda de apresentação** - Estas demonstrações financeiras são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.
- (c) **Uso de estimativas e julgamentos** - A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC e as normas IFRSs exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia para sua emissão em 9 de junho de 2017.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas abaixo, aplicadas de modo consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

(a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados no seu reconhecimento inicial. A sua classificação depende da finalidade para a qual eles foram adquiridos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e as mudanças desses ativos são reconhecidas no resultado dos períodos.

Ativos financeiros disponíveis para a venda

Um ativo financeiro disponível para a venda é um ativo financeiro não derivativo que é designado como disponível para a venda ou não é classificado em nenhuma das categorias possíveis. A Companhia tem os seus investimentos em títulos patrimoniais e/ou títulos de dívida classificados como que serão mantidos em carteira por um tempo não determinado, mas que poderão ser liquidados por eventos relacionados a alterações no nível de liquidez do título, condições macroeconômicas que afetem as suas condições de remuneração e/ou outras situações que possam sinalizar a possibilidade e a oportunidade na liquidação do título. Após o reconhecimento inicial, esses ativos são medidos pelo valor justo e as mudanças são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. Na ocasião da baixa desses ativos, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício.

Títulos mantidos até o vencimento

Os ativos financeiros são classificados nessa categoria quando a Companhia tem a intenção e capacidade de mantê-los até a data de seu vencimento. Esses títulos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contas a receber

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

(b) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração da Companhia revisa anualmente, ou quando há indícios de perda, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar e avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não identificou a necessidade de realizar ajustes por recuperação de ativos.

Ativos não financeiros

O valor contábil dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável.

(c) Outros ativos e passivos circulantes

Os demais ativos e passivos são demonstrados ao custo, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas e, quando aplicável, o efeito do seu ajuste para o valor justo ou de realização.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

(d) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são apresentadas de acordo com as regras estabelecidas no CPC 25: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado; (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (iii) Obrigações legais são registradas independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito dos processos em que a Companhia questiona a inconstitucionalidade de impostos ou tributos.

(e) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), do período corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente para o IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para a CSLL. Os tributos diferidos decorrentes de diferenças temporárias levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.

Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

(f) Resultado por ação

Calculado de acordo com o CPC 41, o resultado básico e diluído por ação é obtido dividindo-se o resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação.

(g) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado por regime de competência.

(h) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA), individual, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são requeridas pela legislação societária para companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira suplementar.

4 Alterações às IFRSs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente

As normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs) novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, foram adotadas nas demonstrações financeiras. Avaliamos a adoção dessas IFRSs novas e revisadas, aplicáveis à Companhia e verificamos que não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para o período corrente.

- Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Entidades de Investimento: Aplicando a Exceção de Consolidação;
- Alterações à IFRS 11 - Contabilizações de Aquisições de Participações em Operações Conjuntas;
- Alterações à IAS 1 - Iniciativa de Divulgação;
- Alterações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimento sobre os Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização; e
- Melhorias Anuais - Ciclo de IFRSs 2012-2014.

4.1 Normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (b);
- IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes (b);
- IFRS 16 - Arrendamentos (c);
- Alterações à IAS 7 - Iniciativa de Divulgação (d);
- Alterações à IAS 12 - Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas a Realizar (a);
- Melhorias Anuais - Ciclo de IFRSs 2014-2016 (a) (b);e

- (a) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida.

Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.
- (c) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida.
- (d) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após uma data a ser determinada.

É esperado que esses pronunciamentos sejam emitidos pelo CFC de modo que sejam aplicados a partir de sua aplicação obrigatória, conforme previsto pelas normas contábeis.

A Administração da Companhia está avaliando os efeitos da adoção dessas normas.

5 Aplicações financeiras

Títulos para Negociação	31/12/2016
Certificado de Depósito Bancário – CDB Fácil	532
Total	532

Os títulos para negociação da Companhia são compostos por certificados de depósitos bancários (pós-fixados) cujo valor de custo atualizado desses títulos é o seu valor justo.

A taxa de juros média contratada dos certificados de depósitos bancários é de 96% da taxa dos depósitos interfinanceiros - DI, com vencimentos para novembro de 2019.

A taxa de juros média contratada para aplicações em fundos de investimentos é de 5% da taxa dos depósitos interfinanceiros - DI, com vencimentos para dezembro de 2018.

5.1 Hierarquia de níveis - ativos e passivos financeiros reconhecidos a valor justo

A mensuração da estimativa do valor justo por nível baseia-se na seguinte hierarquia:

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos.

Nível 2: Classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto.

Nível 3: Mensuração do valor justo são as derivadas de técnicas de avaliação que incluem entradas para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

A tabela a seguir apresenta hierarquia do valor justo dos “Títulos para negociação” e dos “Títulos disponíveis para venda” mantidos pela Companhia:

Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Tipo de Instrumento	31/12/2016		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Certificados de Depósitos Bancários	Valor Justo	-	532	-

5.2 Movimentação das aplicações financeiras

	31/12/2016
Saldo Inicial	-
Aplicação/resgate	529
Receita financeira	3
Saldo final	532

6 Contas a receber - Carteira de créditos

Foram classificadas como recebíveis e correspondem a direitos de crédito financeiros vencidos e inadimplidos. Os serviços de gestão da carteira e de cobrança dos direitos creditórios inadimplidos da Securitizadora e a atividade de consultoria especializada para a originação, identificação, negociação, precificação e assessoria em geral nas operações serão exercidas pelo Banco BTG Pactual S.A sociedade anônima com escritório na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.477, 10º ao 15º andares, Itaim Bibi, São Paulo, SP.

6.1 Operações com aquisição substancial dos riscos e benefícios

(a) Descrição das características dos direitos creditórios

São representados por direitos creditórios inadimplidos adquiridos de operação de cessão de cédulas de créditos bancários sem coobrigação do cedente oriundos de operações de financiamentos de veículos. Estes créditos foram precificados mediante a aplicação de metodologia específica da Administração da Companhia. Neste sentido, os valores quando efetivamente realizados poderão ser substancialmente diferentes dos valores estimados e constantes na carteira em 31 de dezembro de 2016. O deságio é reconhecido conforme o recebimento dos créditos.

(b) Critérios de elegibilidade e condições de cessão

O único Critério de Elegibilidade a ser observado para aquisição de Direitos Creditórios pela Securitizadora é que os Direitos Creditórios devem ser de titularidade de pessoas físicas.

A Gestora e a Consultora especializada, previamente à cessão dos Direitos Creditórios a Securitizadora, deverão verificar as Condições de Cessão avaliando a *aging* dos vencimentos de suas composições e o valor de aquisição dos Direitos Creditórios.

(c) Transferência dos riscos e benefícios de propriedade dos direitos creditórios

Os direitos creditórios são adquiridos pela Securitizadora em caráter definitivo, irrevogável e irratável, sem coobrigação do cedente ou qualquer mecanismo de recompra dos créditos inadimplidos.

Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

(d) Composição da carteira de crédito

As aquisições dos direitos creditórios ocorreram substancialmente durante o exercício de 2016. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a Securitizadora adquiriu direitos creditórios no montante de R\$7.975. O prazo de recuperação dos créditos previsto nas projeções de fluxo futuro preparadas pela Consultora Especializada é de até 120 meses a partir do mês de aquisição dos direitos creditórios.

	<u>31/12/2016</u>
Cedente	
Banco BTG Pactual S.A	7.975

(e) Movimentação

	<u>31/12/2016</u>
Saldo inicial	-
Aquisições de carteiras	7.975
Amortizações	(13.314)
Juros Carteira de crédito	10.907
	<u>5.568</u>

Está representado da seguinte forma:

	<u>31/12/2016</u>
Parcela no circulante	1.267
Parcela no não circulante	4.301
	<u>5.568</u>

(f) Valor justo

Para ativos referentes a carteira de crédito, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes efetuadas pelo próprio banco investidor a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise dos modelos de precificação que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria Companhia.

A Companhia não avalia, periodicamente, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment"). Se houver alguma evidência para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa – mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por "impairment" desse ativo financeiro previamente reconhecida no resultado deve ser retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado.

A Companhia está utilizando a precificação de custo de aquisição de 1% quando comparável ao valor de mercado de 3% a 5%.

Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

CUSTO DE AQUISIÇÃO	
PRINCIPAL	876.596
EST FMV	7.975
% do Custo de Aquisição	1%
% Valor Justo de Mercado	3% a 5%

7	Contas a pagar	31/12/2016
		<hr/>
	Centro de Distribuição de Títulos e Documentos	138
		<hr/>
		138
		<hr/> <hr/>
8	Obrigações fiscais	31/12/2016
		<hr/>
	PIS e COFINS a recolher	27
	Contribuições Sociais Retidas na Fonte -CSRF.	9
	Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2
		<hr/>
		38
		<hr/> <hr/>

Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

9 Debêntures

Em 07 de julho de 2016 a Companhia emitiu 1 (uma) série de Debênture, sem remuneração, com vencimento em 2026. Dos valores emitidos foram integralizados R\$ 8.628 (oito milhões seiscentos e vinte e oito mil reais) em 29 de julho de 2016.

Em 31 de dezembro de 2016 estão representadas da seguinte forma:

	<u>31/12/2016</u>
Debêntures emitidas série única	8.628
Amortizações	<u>(2.702)</u>
Total	<u>5.926</u>
Parcela no circulante	1.267
Parcela no não circulante	4.659

Tipo: simples, nominativas escriturais e não conversíveis em ações.

Espécie: com garantia real.

Valor Original: R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais)

Valor Nominal: R\$ 1.000,00 (hum mil reais) por debênture.

Destinação dos recursos: Os recursos oriundos da emissão serão destinados à aquisição dos recebíveis.

Pagamentos condicionados: A obrigação da Securitizadora de efetuar a amortização das debêntures (amortizações e remunerações) está condicionada à realização das carteiras de crédito que serão adquiridas pela Securitizadora a partir da integralização dos recursos e vinculadas respectivamente a cada uma das séries de debêntures.

Remuneração adicional (prêmio): Corresponde a remuneração adicional apurada com base na receita da Securitizadora decorrente da realização dos direitos creditórios vinculados à debênture e paga em parcelas mensais.

Garantias: Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios atuais e futuros adquiridos pela Securitizadora e de conta vinculada, contendo o fluxo de recebimentos das carteiras vinculadas a cada série de debêntures.

Dação em pagamento: Na hipótese de não realização dos direitos creditórios adquiridos pela Securitizadora a cada uma das séries de debêntures, o agente fiduciário (Pentagono Trustee DTVM S.A) deverá convocar assembleia geral de debenturistas para comunicação de tal evento e aprovação de plano de ação a ser executado pela Securitizadora que poderá incluir entre outras medidas (i) cobrança judicial ou extrajudicial dos direitos creditórios; (ii) alienação da carteira de direitos creditórios; (iii) resgate das debêntures mediante dação em pagamento aos debenturistas da proporção dos seus créditos, dos respectivos direitos creditórios não realizados; (iv) aguardo da recuperação dos direitos creditórios, entre outros.

Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fundo reserva: São constituídos para cada série de debêntures e será limitado a um valor mínimo de R\$250 (duzentos e cinquenta mil reais).

10 Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2016, o Capital Social era de R\$1 (mil reais) representado por 1.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 27 de outubro de 2016, houve a integralização de capital no montante de R\$1.000, respectivamente, mediante a emissão de 1.000 ações, totalizando 1.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo todas já sido integralizadas.

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social era dividido da seguinte forma:

Acionistas	%	31.12.2016
Nova Atlantis Participações Ltda.	99,99%	999
Outros	0,01%	1
Capital subscrito	100%	1.000

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de, no mínimo, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reservas estatutárias

O lucro líquido após as destinações de dividendos mínimos deverá ser destinado a reserva estatutária para a futura distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia.

Dividendos

Aos acionistas está assegurado, pelo estatuto social da Companhia, um dividendo mínimo correspondente a 10% do lucro líquido apurado em cada exercício social, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 11.638/2007) em 31 de dezembro de 2016, não houve distribuição de dividendos aos acionistas.

Lucro básico e diluído por ação (*)

De acordo com as normas do Comitê de Pronunciamento Contábil calculamos o lucro básico por ação aos acionistas, para cada exercício social conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2016
Prejuízo Atribuível aos acionistas da Companhia	-
Média Ponderada do número de ações durante o exercício/ período	0,1
Prejuízo básico e diluído (R\$)	-

(*) O lucro diluído apresenta-se igual ao lucro básico por ação, pois não existem efeitos diluidores.

Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

11	Despesas gerais e administrativas	31/12/2016
		<hr/>
	Despesas serviços de terceiros	(2.178)
	Despesa com anúncios e publicações	(45)
	Despesas com utilidades e serviços	(6)
	Despesas tributárias	(2)
		<hr/>
		(2.231)
		<hr/> <hr/>
12	Resultado financeiro	
12.1	Receitas financeiras	
		31/12/2016
		<hr/>
	Juros – Carteira de Crédito	10.907
	Receita de aplicações financeiras - CDB	3
	Outros	294
		<hr/>
		11.204
		<hr/> <hr/>
12.2	Despesas financeiras	
		31/12/2016
		<hr/>
	Prêmio de debênture	(8.946)
	Outros	(27)
		<hr/>
		(8.973)
		<hr/> <hr/>

Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

13 Partes relacionadas

(a) Participação acionária

A Companhia é controlada direta da Nova Atlantis Participações Ltda. que, em 31 de dezembro de 2016, esta possui participação de 99,99% do seu capital.

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Companhia fixou desde a sua constituição, inclusive em relação ao último exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 e ao presente exercício social do ano de 2017 a remuneração mensal do valor fixado de um salário mínimo, acrescido do custo de INSS, na alíquota de 11%, ao Diretor Estatutário.

O Pessoal-Chave da administração renunciou a qualquer tipo de remuneração que poderiam fazer jus em razão dos cargos ocupados conforme ata de reunião do conselho de administração realizada em 01 de julho de 2016.

14 Benefícios a empregados

A Companhia não possui benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para a Diretoria ou membros do Conselho de Administração.

15 Gerenciamento de riscos - Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros

O valor justo de ativos e passivos financeiros é mensurado por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda, é apurado por referência aos seus preços de fechamento apurado na data de apresentação das informações trimestrais.

As aplicações financeiras da Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. são realizadas através das aquisições de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) administrados pelo Banco Bradesco S.A

Instrumentos financeiros derivativos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

Política de gestão de riscos

A Companhia possui uma política formal para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é responsabilidade da diretoria financeira, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e de profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

Gestão de risco de capital

A política da Administração considera a manutenção de uma sólida base de capital para assegurar a confiança dos investidores, de eventuais credores e do mercado em geral, assim como garantir o desenvolvimento futuro do negócio.

A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultado auferido dividido pelo patrimônio líquido total, excluindo ações preferenciais não resgatáveis e participações de não controladores, quando for o caso.

O objetivo da Companhia é atingir um retorno sobre capital de 10%a.a. Contudo, por estar no início de suas operações e ter realizado apenas uma operação, o retorno do sobre o capital foi negativo.

Índice de endividamento líquido

O índice de endividamento da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro está representado pela tabela a seguir:

	<u>31/12/2016</u>
Índice de Endividamento (a)	<u>99,98%</u>

(a) Passivo circulante+passivo não circulante sobre o total de ativos da companhia.

Risco de crédito

Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. Para minimizar esse risco todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa, abrangendo, entre outros quesitos, a análise histórica da pontualidade na solvência das obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias a eles relacionadas. Adicionalmente, quando aplicável, os créditos adquiridos estão garantidos por coobrigação dos cedentes, assegurando a integralidade do fluxo de caixa previsto mesmo na hipótese de inadimplência dos devedores. Quanto ao gerenciamento dos recursos em tesouraria, este tem como parâmetro, entre outros, a pulverização das disponibilidades de caixa entre instituições financeiras com adequada classificação de risco. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía R\$ 532 aplicados em certificado de depósitos bancários.

Garantias de crédito

As garantias de crédito oferecidas pela Companhia no caso de insolvência são:

(a) **Garantia Real**

Em garantia do pagamento integral e pontual das obrigações assumidas pela Companhia sob as Debêntures ("Obrigações Garantidas"), a Companhia cedeu fiduciariamente os créditos adquiridos aos debenturistas que são representados pelo agente fiduciário conforme escritura de emissão.

Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de mercado acionário

Considerado como a possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. Para minimizar esse risco todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa, abrangendo, entre outros quesitos, a análise histórica da pontualidade na solvência das obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias a eles relacionadas. Adicionalmente, quando aplicável, os créditos adquiridos estão garantidos por coobrigação dos cedentes, assegurando a integralidade do fluxo de caixa previsto mesmo na hipótese de inadimplência dos devedores. Quanto ao gerenciamento dos recursos em tesouraria, este tem como parâmetro, entre outros, a pulverização das disponibilidades de caixa entre instituições financeiras com adequada classificação de risco.

A Companhia pode investir em participações de companhias de capital aberto em bolsa de valores e, por isso, estará exposta à volatilidade desse mercado. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possuía participações em empresas listadas em bolsa de valores.

Risco de liquidez

O caixa da Companhia é investido em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e Fundos de Investimentos Aberto - DI este indexado as variações do CDI, portanto variações nas taxas de mercado podem afetar o fluxo de caixa da Companhia.

Passivos Financeiros	Vencimento	31/12/2016
Contas a pagar e obrigações fiscais (a)	2017	176
Debêntures (b) - Nota 9	2026	5.926
Total		6.102

(a) Os passivos financeiros não derivativos serão liquidados nos vencimentos que foram acordados com os fornecedores, cujo prazo máximo para liquidação é de até 31 de março de 2017.

(b) Os passivos financeiros derivativos serão liquidados no vencimento da operação, apenas os prêmios obedecerão à periodicidade mensal quando houver fluxo disponível. As debêntures emitidas possuem vencimento até 07 de julho de 2026.

A Companhia administra sua estrutura de ativos, passivos e capital com o objetivo de buscar otimizar sua estrutura de capital, possibilitar um retorno adequado aos acionistas e minimizar o risco de liquidez.

Os passivos financeiros não derivativos são negociados considerando a expectativa da Companhia em gerar caixa e os prazos para pagamentos variam de 3 a 6 meses, caso os negócios não sejam efetivados, os sócios se dispõem a aumentar o capital de forma a garantir sua liquidez.

Os passivos financeiros derivativos serão liquidados com base no retorno que a Companhia obter sob a aquisição de créditos, desta forma mantendo liquidez suficiente para liquidá-los no prazo de vencimento acordado.

Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de taxa de juros

O caixa da Companhia pode ser investido em Certificados de Depósito Bancários (CDBs) e Fundos de Investimentos, indexados a taxas de juros, portanto variações nas taxas de mercado podem afetar o fluxo de caixa da Companhia.

Para os ativos financeiros, a Companhia estuda as modalidades de investimentos oferecidas por grandes bancos e qual o tipo de remuneração, como o caixa é utilizado constantemente nas atividades operacionais, a diretoria decidiu aplicar em certificados de depósitos bancários CDB's e fundos de investimentos que remuneram um percentual da taxa de depósitos interbancários - CDI 96% conforme descrito na nota explicativa nº 5.

16 Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM nº. 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os instrumentos financeiros (aplicações financeiras) da Companhia são representados por certificados de depósitos bancários e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais até 31 de dezembro de 2016 se aproximam dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação da taxa dos depósitos interfinanceiros - DI para as suas aplicações financeiras.

A instrução CVM nº. 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõem sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das aplicações financeiras à taxa de juros média das respectivas remunerações, fator de risco de taxa de juros ao qual a Companhia possuía exposição ativa na data base 31 de dezembro de 2016, foram definidos 3 cenários diferentes com base em projeções divulgadas pelo boletim Focus, pelo Banco Central em 31 de dezembro de 2016, definiu-se a taxa provável para SELIC média para os próximos 12 meses de 13,25% a.a.. A partir da variação das taxas prováveis em cenários de deterioração para o SELIC foram determinadas as variações 25% para menos e 50% para menos, ou seja, recalcularam-se as taxas anuais das aplicações financeiras, respectivamente com o SELIC a 9,94% a.a. 6,63% a.a.

Para cada cenário, foi calculada a "receita financeira bruta", não se levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. Calculou-se a sensibilidade das aplicações financeiras aos cenários para as remunerações médias mensais, a partir do saldo existente em 31 de dezembro de 2016.

<u>Operação</u>	<u>Posição 12/2016</u>	<u>Fator de risco</u>	<u>Cenário I provável</u>	<u>Cenário II 25% menos</u>	<u>Cenário III 50% menos</u>
Aplicação financeira	532	CDI	13,25%	9,94%	6,63%
Receita projetada			70	53	35

Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

17 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para riscos aos quais estaria sujeita em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a de sua atividade. Os montantes são considerados suficientes pela Administração para a cobertura dos riscos envolvidos.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

* * *